

OS «FUMOS DA ÍNDIA»

UMA LEITURA CRÍTICA DA EXPANSÃO PORTUGUESA

MARIA LEONOR GARCÍA DA CRUZ

COM UMA ANTOLOGIA DE TEXTOS



Edições Cosmos

INCLUI UMA CRONOLOGIA DA EXPANSÃO
E DO IMPÉRIO, C. 1336-1899, E BIOGRAFIAS
DOS AUTORES DA ANTOLOGIA

A Expansão ultramarina tem sido avaliada e reavaliada continuamente, desde a sua origem. Do *Cancioneiro Geral* compilado por Garcia de Resende (1516) à *Pátria de Guerra* Junqueiro (1896), homens de letras, historiadores, economistas, políticos e polemistas, entre outros, comentam os sonhos e projectos dos Portugueses, inebriando-se com os seus triunfos e despertando com as suas desilusões. Enaltece-se o esforço e o universalismo dos Descobrimentos marítimos, enquanto, por vezes com mordacidade dilacerante, se denuncia a perfídia humana e a utilização pessoal ou supérflua das riquezas ultramarinas, com o objectivo de consciencializar, moralizar e incrementar o desenvolvimento material, discernindo a individualidade de um destino colectivo.

Maria Leonor García da Cruz é licenciada em História e Mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde lecciona desde 1987. Investigadora de História Moderna do Centro de História, prepara o seu doutoramento. Desenvolveu estudos de história das mentalidades, expansão ultramarina e história institucional, social e política, em particular do século XVI. Publicou *Gil Vicente e a Sociedade Portuguesa de Quinhentos*. *Leitura crítica num mundo de «cara atrás»* (1990) e *As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a Política Portuguesa no Norte de África* (1997). Escreveu para a *História de Portugal* de João Medina (1993).

Edição apoiada pela

**FUNDAÇÃO
ORIENTE**

Colecção de História Moderna e Contemporânea

4

Maria Leonor García da Cruz

Os «fumos da Índia»

UMA LEITURA CRÍTICA DA EXPANSÃO PORTUGUESA

Com uma Antologia de textos
dos séculos XVI-XIX
e uma cronologia da Expansão Portuguesa
e do Império Ultramarino
(c. 1336-1899)



Edições Cosmos

Lisboa, 1998

Edição patrocinada pela Fundação Oriente.

Na capa: pormenor de tapeçaria da série *Sucessos e Triunfo de D. João de Castro*,
©Kunsthistorisches Museum, Viena de Áustria.

© 1998, Edições Cosmos e Maria Leonor García da Cruz

Composição: Edições Cosmos
Impressão: Tipografia Guerra (Viseu)

Setembro de 1998

ISBN 972-762-137-6
Depósito legal 125755/98

Edições Cosmos
Av. Júlio Dinis, 6-C, 4.º Dto. - P 1050 Lisboa
Telefone 799 99 50 Fax 799 99 79
e-mail: cosmos@liv-arcoiris.pt
homepage: www.liv-arcoiris.pt

Difusão: Livraria Arco-Íris
Av. Júlio Dinis, 6-A - P 1050 Lisboa
Telefone 799 99 50 Fax 799 99 79
homepage: www.liv-arcoiris.pt
e-mail: livraria@liv-arcoiris.pt

Índice geral

Parte primeira Estudo

- 11 1. Reavaliação de uma leitura sombria dos Descobrimentos e Conquistas
Notas, 69
Bibliografia, 95
- 117 2. Para uma cronologia da Expansão Portuguesa e do Império Ultramarino
(c. 1336-1899)

Parte segunda Antologia de textos dos séculos XVI a XIX

- 151 Fontes
- 154 Critérios de edição
 - João Rodrigues de Castelo Branco, 155
 - Brás da Costa, 157
 - Duarte da Gama, 158
 - Gil Vicente, 162
 - Garcia de Resende, 174
 - Francisco de Sá de Miranda, 189
 - Jorge Ferreira de Vasconcelos, 201
 - Pero de Andrade Caminha, 205
 - Luís de Camões, 218
 - António Ferreira, 226
 - Diogo Bernardes, 248
 - Diogo do Couto, 253
 - Francisco Rodrigues Silveira, 261

Luís Mendes de Vasconcelos, 271
Manuel Severim de Faria, 283
Duarte Ribeiro de Macedo, 290
D. Luís da Cunha, 298
Matias Aires, 304
José Joaquim Soares de Barros, 306
D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 310
António Henriques da Silveira, 312
Anónimo, 316
Barbosa du Bocage, 318
Alexandre Herculano, 321
Rebelo da Silva, 347
Soares de Passos, 349
Alberto Sampaio, 356
Antero de Quental, 366
Oliveira Martins, 377
Guerra Junqueiro, 391

401 Os autores: apontamentos biográficos

Parte primeira

Estudo

Reavaliação de uma leitura sombria dos Descobrimentos e Conquistas

«... se nestas terras se não guardar verdade e humanidade, a soberba nos derrubará quantos muros tivermos, por mais fortes que sejam. Portugal é muito pobre, e os pobres cobiçosos se converterão em tiranos. As coisas da Índia fazem grandes fumos: hei medo que polo tempo em diante o nome que agora temos de guerreiros se torne em tiranos cobiçosos».

Afonso de Albuquerque, Maio de 1515.

Numa época áurea da Expansão portuguesa no Oriente, testemunhava já Afonso de Albuquerque os grandes «fumos» que as coisas da Índia faziam¹ e alertava para a necessidade de reflectir sobre normas de conduta e perigos a evitar.

Desde então muito se tem ponderado, escrito e discutido, sobre as implicações da acção da coroa portuguesa em diversas áreas do mundo, por onde se estendeu o Império ultramarino, implicações essas positivas e negativas. Concomitantemente com o processo de Expansão e com a política portuguesa nos seus diversos sectores e etapas vão-se de facto clarificando, com o decorrer do tempo, essas múltiplas influências respeitantes a Portugal metropolitano e às zonas que domina ou influencia.

A nível dos responsáveis pela política nacional e seus auxiliares – desde o rei e seus mais próximos conselheiros até governadores, capitães, funcionários e agentes comerciais – de muito cedo se avaliam os rumos pelos quais se vai optando². O mesmo acontece noutros círculos, mais ou menos próximos do soberano, com especial destaque para os amantes das Letras, quantas vezes com vivência além-mar e simultaneamente observadores e intervenientes críticos no seio da Corte. Com maior ou menor profundidade e realçando oportunamente facetas como a político-militar, a económica ou a espiritual, salientam-se as vantagens de determinadas opções, elaborando-se todo um discurso justificativo e

legitimante do processo, ao mesmo tempo que, necessariamente, se apontam os sinais negativos de outras.

Ainda nos finais de quinhentos já muito se falava não só nas consequências do afluxo de riquezas ao reino, e na projecção que tal fenómeno tinha nos seus habitantes mas também, de forma destacada, nos efeitos que se verificavam na própria Índia, motivados pela acção e características dos portugueses que, provenientes do Reino, nela se iam fixar durante poucos ou muitos anos. O mesmo se poderia dizer quanto à África e ao Brasil sobre a inter-relação de Portugal com essas zonas.

A expressão «fumos da Índia» canaliza-nos, por fim, directamente para um tipo de discurso que a valoriza – desenvolvido, particularmente, no século XIX – senão totalmente céptico sobre a utilidade da nossa navegação, conquista e exploração de áreas ultramarinas (questão que, a pôr-se, se torna destituída de sentido em termos de compreensão histórica), pelo menos fundamentalmente crítico, de opções tomadas e da forma como foi ou não investida a riqueza obtida desse grande empreendimento em proveito da nação e, em especial, de Portugal metropolitano.

Impõe-se, todavia, em termos de advertência prévia, que se saliente o facto de ser a relação com o passado, nalguns autores oitocentistas, inequivocamente de feição decadentista, ao interpretarem o decurso histórico nacional como reparado por épocas ou fases, uma de apogeu, seguida de outra de decadência, procurando mesmo ver nesta última um processo longo e como se estivesse ainda a ser vivido, marcado ele também por períodos.

Nesta escrita, quantas vezes desalentada, o que se reflecte essencialmente é a inquietação circunstancial da época em que o autor vive e as suas reflexões críticas deixam transparecer uma grande carga subjectiva. De maneira peculiar alertado – dada a sua vivência pessoal e nacional – para este ou aquele tipo de questões, como salienta Joel Serrão em estudos que realizou sobre o tema da «decadência»³ cada qual estabelece uma relação própria com o passado histórico, trabalhando-o de uma forma propícia para conseguir a compreensão do presente. Será mediante a inteligibilidade a que chega deste que, por sua vez, elabora soluções ou descortina o futuro viável.

Fundamentalmente colocado e desenvolvido por Alexandre Herculano (1810-77), o postulado da decadência nacional na época moderna foi depois adoptado e interpretado diferentemente por diversos outros autores do século XIX, de ideólogos e historiadores a economistas e literatos. Viveram o sentimento decadentista (ou mesmo a «obsessão decadentista», expressão que João Medina utiliza no seu estudo sobre Alberto Sampaio⁴ homens como Rebelo da Silva (1822-71) ao

escrever a *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII* (1861-71), Antero de Quental (1842-91) em *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos* (1871), António S. S. Costa Lobo (1840-1913) nos comentários às *Memórias de Um Soldado da Índia* (1877) e nas *Origens do Sebastianismo* (1909), Oliveira Martins (1845-94) particularmente na sua *História de Portugal* e na *História da Civilização Ibérica* (ambas de 1879), assim como Alberto Sampaio (1841-1908) em *Ontem e Hoje* (1892) e Guerra Junqueiro (1850-1923) na *Pátria* (1896), no seu particularismo Sampaio Bruno (1857-1915), autor d'*O Brasil Mental* (1898) e d'*O Encoberto* (1904) e António Sérgio (1883-1968) nos *Ensaio* (II, 1929), para mencionar apenas alguns dos autores e das obras consideradas de maior representatividade.

Acaba por generalizar-se a vivência decadentista a romancistas, prosadores e poetas a partir do último quartel do século XIX, com testemunhos também no século XX, conforme se pode constatar a partir de diversos estudos contemporâneos efectuados sobre tais temáticas, incluindo o de Joel Serrão sobre o sentido de Portugal em Fernando Pessoa.

Segundo se lê neste último trabalho, «todo o liberalismo português e as suas sucessivas metamorfoses políticas – do vintismo ao republicanismo – se abeberou na ideia e no sentimento de que a Pátria decaía, em dado momento do seu transcurso histórico, mais por culpa de governantes ineptos do que propriamente pela ruindade das instituições estruturalmente nacionais»⁵. Daí a relação íntima de muitos destes escritos com a problemática da época em que são redigidos e estarem os projectos que veiculam, ao mesmo tempo, tão comprometidos com o passado, numa forte aspiração «regeneradora». O fervilhar de interrogações e debates e o perspectivizar de caminhos futuros surgem, desta forma, especialmente em momentos de crise e muito têm a ver – impõe-se frisá-lo – com as influências e vicissitudes da própria história de Portugal ultramarino⁶.

Denunciavam-se então as carências do país e, nomeadamente, de Portugal metropolitano, acentuando-se – numa tentativa quanto possível globalizante – o aspecto económico-financeiro, a questão demográfica, problemas de ordem cultural, científica e técnica, além da abordagem política. Realça-se, sobretudo, o seu desajustamento em relação a outros países europeus, tendo em vista simultaneamente concretizar através desses mesmos projectos, um esforço de actualização.

Dos testemunhos do século XIX selecionei alguns dos que consideram o início do declínio nacional coincidente com o desenvolvimento da Expansão portuguesa. Importou evidenciar em que medida os Descobrimentos e conquistas são encarados como razão fundamental, uma das razões ou como sério factor de agravamento do processo histórico de decadência, na visão particular de cada um deles.

totalmente oposto à virtude e aos valores cristãos, e quanto ao negociante...: «Melhor é ser preguiçoso, / que homem negociado; / porque quem for repousado / não será malicioso, / mas será homem de bem: / não dirá mal de ninguém / todo o tempo que dormir, / nem madrugará a aquerir / por haver o que outrem tem» (*Juiz da Beira*, 1525 ou 26)¹³³. Trata-se, na verdade, da clara definição que Gil Vicente faz do homem de negócios e da corrosão que esta actividade exerce sobre o seu próprio carácter.

Não deixa por sua vez Garcia de Resende de referir condenatoriamente tais artes enganosas até no comércio, ou suposto comércio, dos valiosos escravos de Benim, que chegavam abundantemente todos os anos a Portugal e às Ilhas, quando menciona que muitos mercadores enganavam os nativos e os prendiam¹³⁴.

A cobiça e o desejo de entesourar bens materiais parece atingir todos os segmentos sociais, incluindo os membros da Igreja tão criticados por este autor, por Gil Vicente ou por Sá de Miranda. Também Duarte da Gama afirma desenvolverem os prelados muito da sua cobiça no comércio, vendendo e comprando, como ocupação, mais do que rezando¹³⁵, colocando-se da mesma forma em causa os valores da antiga nobreza preteridos pelo desejo de juntar dinheiro. Não esqueçamos que é com ouro, pedras preciosas, brocados, mercadorias tão conhecidas na sociedade portuguesa da época, que o Diabo tenta a Alma no auto vicentino de 1518 (*Auto da Alma*).

Sobre os nobres viciosos e de conduta desonesta que se escudam na nobreza dos seus antecessores, bem como dos que vivem apenas por favor régio, reflectem os autores quinhentistas e, entre eles, Camões quando observa o desconcerto do mundo (*Lírica*, *Oitava I*). É, assim, notório o contraste entre a nobreza de espírito digno que António Ferreira enaltece na *Ode II-IV* e a nobreza que, contraposta àquela, refere na *Carta I-IV*, fundamentada na prata e no ouro, que deslustra os feitos dos antepassados ao lutar para entesourar ouro em vez de virtude¹³⁶. Note-se que neste conceito inclui também o saber, a prudência, a razão e conselho, a temperança, a justiça e a disciplina (*Ode II-IV* e *Carta I-VI*¹³⁷). Mas os homens parecem, pelo contrário, «feitos todos de terra, e de metal»¹³⁸ (*Carta I-VI*), deixando-se escravizar, qual povo idólatra¹³⁹ (*Carta I-X*), pelo ouro tirano (*Carta I-IX*). O ouro só vale, de resto, na perspectiva de António Ferreira, como instrumento para bem usar (*Carta I-IV*), de outra forma, como diz, transforma-se em veículo corruptor.

Nesta mesma óptica, considera Sá de Miranda que o «interesse vil» tudo o resto torna vil (*Carta a D. Fernando de Meneses*)¹⁴⁰, trocando-se pelo sonho de enriquecer na Índia ou no Brasil sentimentos e valores puros. O engrandecimento e cosmopolitismo de Sevilha como de Lisboa, que tão bem retrata, a

circulação de ouro e prata, a ociosidade, libertam, segundo ele, o luxo e a luxúria, a todos cegando.

As mentes, em permanente inquietação parecem ocupadas somente com «práticas contínuas, os queixumes, / Na praça, na iguaria má ou boa, / No jogo, nas delícias, nos perfumes» – conforme as palavras de Pero de Andrade Caminha (*Epístola V*) –, reinando o mal, não se pensando nas consequências, prezando-se a si mesmos sem autocritica e, por isso, sem correcção (*Epístola VII*).

Seria esta a realidade urbana que, nestes autores, se distanciava demasiado da pureza do campo. Daí o próprio Caminha na *Ode VII* enaltecer Miranda que não se deixara iludir por cidades de «maus enganosa» e «vãos negócios»¹⁴¹, elogiadas por muitos que nelas preferem viver, esquecendo e até depreciando outra actividade que não seja o comércio de ricas mercadorias.

A nobre Lisboa, cujo domínio se estende até ao Oriente e cujas grandezas se evidenciam em palácios, na variedade dos estados e dos ofícios, nos negócios, tratos e riquezas, assim como nos costumes e leis, é cantada pela sua prosperidade¹⁴², mas também observada de forma crítica.

A ela chegam ricos retornos e pingues ganhos do comércio, dela partem as armadas que regressam prósperas, vitoriosas da guerra ao infiel e cheias de despojos (Caminha, *Ode VII*). Nela cresce a população, a fortuna, os edifícios e o poder, dada a excelência do seu porto e comércio, mas – conforme observa Garcia de Resende¹⁴³ – nela se verifica também com frequência a falta de determinados mantimentos e, sobretudo, governo e bons regimentos...

Refere-se a alta de preços, particularmente do pão, e a situação difícil vivida em certos anos em que a cidade é assolada pela fome por escassez de trigo, carne, vinho, frutas e pescado. «Poderosa y narcisa»¹⁴⁴ como a define Gil Vicente na *Nau de Amores* (1527), ao representá-la em figura de princesa (a ela alude em diversas peças), Lisboa sofreria tais calamidades – incluindo as epidemias – qual aviso divino da fragilidade material e como incentivo a maior devoção.

António Ferreira, também ele, tem para Lisboa um olhar diferente «do que a vê / O espirito enganado, que no ar voa!» (*Carta I-X*). A Rua Nova, conhecida em todo o Mundo, sintetizaria, segundo diz, a obsessão pelo lucro comercial e na *Carta II-IV* retrata o reboição da grande cidade¹⁴⁵.

De qualquer forma, e apesar das críticas aos vícios humanos, a prosperidade de Lisboa não deixa de mostrar a extensão e vitalidade da própria Expansão sobre povos conquistados – note-se – «com justas armas, com rezões prudentes», no dizer de Andrade Caminha, *Ode VII*¹⁴⁶.

A guerra permanente que o rei de Portugal leva a efeito em diversas áreas, permitindo-lhe o domínio e a conservação de vários territórios e a submissão de

outros, assim como um contacto vantajoso de certos mares e rios, embora seja, na verdade, encarada por Garcia de Resende na sua crueza e nas despesas demasiadas que implica, é, de facto, amplamente justificada, como já se referiu, pelo ideal que a anima.

Trata-se de uma ampla acção contra o Islão e simultaneamente uma obra de evangelização junto dos pagãos. Nessa guerra estão envolvidos imensos recursos humanos, desde bombardeiros e marinheiros até à nobre fidalguia. Os gastos são avultados mas as rendas provenientes, sobretudo da Mina e da Índia, permitem ao rei, segundo Resende, disfrutar de grande sumptuosidade e luxo, ser considerado internacionalmente e favorecer o todo social, distribuindo rendimentos e títulos à nobreza, beneficiando o clero, dispondo cargos e funções numa organização administrativa que se desenvolve, nobilitando e, além disso, fazendo-se respeitar por intermédio da lei e da aplicação da justiça.

A soberba nos vilões e a baixeza nos honrados, salientadas por Garcia de Resende¹⁴⁷, têm, assim, muito a ver com os meios que se patenteiam para a promoção social e, particularmente, com a disponibilidade para aquisição do luxo, proporcionada pela Expansão. Tem a ver também com a cobiça de bens materiais que a todos atinge, inclusivamente – facto que condena – nobres e prelados, cujas aspirações se deveriam na sua óptica basear em virtudes superiores, à semelhança do carácter e comportamento do próprio soberano D. João III.

Através da leitura atenta dos autores quinhentistas pode-se, na verdade, constatar desde cedo, a consciencialização de um problema fundamental: o participante na Expansão portuguesa, o homem que parte nas armadas e que vai combater no Norte de África ou na Índia, seja nobre ou vilão, manter-se-á fiel no seu comportamento ao ideal espiritual que anima o grande empreendimento? Ou evadir-se-á para o «interesse vil»? Neste caso, actuará conscientemente ou conduzido por influências negativas até da própria área onde se estabelece? Como, ao fim e ao cabo, valores como Honra, Fama e Glória são por cada um definidos e equacionados?

Sá de Miranda, cujo filho morre em Ceuta em 1553 (*Elegia a António Ferreira*), considera o combate pela fé um caminho agro e perigoso que exige uma fidelidade a Deus e ao Rei e é essa fidelidade o que fundamenta a honra individual – preocupação que alguns parecem ir perdendo. Mas a morte num combate com o inimigo da fé permite, por seu turno, alcançar a verdadeira glória (a paz segura, a ventura, as festas divinas¹⁴⁸ – considerações comuns a outros escritores entre os quais Gil Vicente).

Estes conceitos, assim determinados, contrastam com a falsa honra, baseada em bens materiais, títulos e ostentações, e com a vã glória fundada em aquisições,

aumento de poder na terra e vaidade. Falsos galardões, como os caracterizam os homens de letras em estudo, atingiam-se depressa na época através de meios moralmente condenáveis e, sobretudo, através da posse de riqueza, mas, como alguns não se cansam de salientar, a morte tudo apaga.

Num ponderado aviso, Andrade Caminha (*Epístolas V e XIX*) incentiva ao desprezo pelo ouro e pela prata, vis e «vãos metais» com que os homens estão a deixar subjugar o próprio espírito. Permita-se por isso ao cobiçoso navegar os mares e percorrer a terra em busca de ouro..., pois a nobreza e a verdadeira honra adquirem-se pela virtude.

Há que passar «mil mares» não pelo interesse mas por amor ao Rei, considera o mesmo autor (*Epístola X*)¹⁴⁹. No Oriente deverá consagrar-se bem o tempo a Deus, ao Rei, à Pátria, à honra e à vida, com virtude e continência, lutar pela fé e impedir a entrada na alma do «perigoso desejo d'interesse... de vidas tão danoso» (*Epístola VIII*), há que combater – inclusivamente pela leitura – os efeitos negativos da ociosidade. A D. Constantino de Bragança se dirige, da mesma forma, António Ferreira, consciente de que qualquer descuido pode pôr em causa o Império do Oriente (*Carta II-VIII*), incentivando-o com as seguintes palavras: «Tua fé, teu Rei, tua terra, teu nome ama!»¹⁵⁰

Creio poder interpretar da mesma forma, isto é, estimando o seu sentido fundamentalmente ético, as imprecações de um Camões (*Os Lusíadas*, Canto IV) ou de um António Ferreira (*Ode I-VI*)¹⁵¹ quando, inspirados nos versos de Horácio, amaldiçoam o primeiro que embarcou. Fazem-no porque ele não se contentou em lutar no Norte de África – quer pela lei de Cristo, por terras e riquezas, quer por obter louvores pelo brilho das armas – mas, antes, procurou o longínquo desconhecido e incerto, a guerra e até a morte, pela «glória de mandar», para alcançar uma fama terreal, baseada num domínio além-mar extraordinário. E, em tudo isso, note-se, não hesitou em empregar «bruta crueza e feridade»¹⁵² («roubo, e crueza», como afirma Ferreira¹⁵³), embora designando-as por esforço e valentia. A avidez de poder e de riquezas motiva, assim, «obras vãs do vulgo errado» (*Lírica, Oitava I*)¹⁵⁴. E para que servirá tanta fama, ou falsa fama, quando a alma se vier a libertar da prisão terrena? – interroga-se Camões.

No agitado e inquietante mundo quinhentista, nomeadamente no meio português, havia, desta forma, que optar, no dizer de António Ferreira (*Carta I-X*) ou pela glória e pela honra – verdadeiras, ganhas com suor e sangue pelas armas – ou pelo dinheiro – difundindo sentimentos baixos e vis que respondiam favoravelmente às tentações de uma Índia, de uma Guiné e de um Brasil.

Certas passagens de Ferreira (*Carta II-III*), parece-me poderem ser interpretadas como atribuindo ao desenvolvimento da política expansionista e às

opulências por ela proporcionadas a alteração de muitos caracteres. A responsabilidade é, porém, na sua concepção, sobretudo de todo aquele que deixou de pelejar apenas por Deus e pelo Rei. Os triunfos, no Norte de África e pelo Atlântico fora, facilitaram a possibilidade de uma vida ociosa e é precisamente para os perigos por esta gerados, os vícios de uma longa paz, que o autor adverte Luís Gonçalves da Câmara¹⁵⁵, mestre de D. Sebastião.

Impunham-se, dizia, medidas régias de prevenção (o exercício da guerra) e de severo castigo. Mas a cada qual cabia deixar de ser cego, de andar atrás de jogos/vãs mudanças, de sombras, enganos e ventos, de baixeiras, epítetos por que Ferreira (*Carta I-VI e I-VII*¹⁵⁶) designa as riquezas materiais. Os ganhos a obter-se deveriam decorrer de um comportamento puro, «Não de águas, não de cheiros, nem perfumes» (*Carta II-IV*). Daí clamar: «Mais ondas, mores mares não queiramos» (*Carta I-X*) – pois «Mais val a curta geira, a pobre herdade, / Que, ó rica Arábia, ó Índia, o teu tesouro, / Se à justiça se rouba, se à verdade» (*Carta II-IV*)¹⁵⁷.

São estes mesmos autores – é forçoso não esquecê-lo – que nos seus escritos fazem a exaltação da Expansão portuguesa. Talvez precisamente por isso, por tanto a enaltecerem, tão críticos se mostram ao evidenciar os vícios e as ameaças que atingem o Império. É de focar, a propósito, quanto António Ferreira, ao elogiar Afonso de Albuquerque (*Elegia VI*), admira a capacidade de Portugal para manter o Império oriental «qu'inda dura / Firme entre tanto mar, e tantos ventos»¹⁵⁸, ou seja, apesar da sua lonjura e das diversas dificuldades que o atingem.

Também a esperança no futuro, e não só a sublimação do passado recente, anima muitos destes autores. Diogo Bernardes (*Cartas V e XXV*), apesar de sentir-se então a pregar no deserto, acalenta a ideia de que os cobiçosos se venham a desiludir e a arrepender-se e encara a própria Índia como uma real possibilidade de purificação dos vícios pela aplicação das virtudes verdadeiras, na guerra e no combate à ociosidade.

Muito se poderia ainda dizer a partir dos testemunhos quinhentistas a nível, por exemplo, das implicações que socialmente tem a saída de muitos homens nas armadas. De lembrar, a propósito, Camões que no Canto IV d'*Os Lusíadas* salienta o desespero de mães, esposas e irmãs e o abandono em que muitas ficariam no caso de perecerem os seus familiares. Sentimentos de expectativa, de angústia e saudade, são gerados por uma ausência prolongada, como bem exprime António Ferreira (*Ode I-VI*), autor que terá oportunidade de ligar à aventura marítima a ocorrência de diversas infelicidades domésticas na sua comédia do *Cioso*¹⁵⁹ (1552/56?, ed. póst. 1622). Um outro aspecto do reverso da fama e glória (identificadas no canto camoneano com a vaidade e geradoras de cobiça) que os navegantes procuram, é o facto de serem fonte de desamparos e adultérios.

Este tema será, de resto, desenvolvido por Camões (*Lírica, Oitava IV*) com base no caso de uma jovem mãe que se vira em cruel necessidade, dada a ausência do marido na Índia e o desinteresse dos parentes e que, acusada de adultério e presa, corria o risco de ser desterrada. Este facto leva o poeta a intervir pelo abrandamento da pena, não só por a ré ter sido vítima das circunstâncias, como também pelo facto de ficar sujeita ao «nauta rudo», isto é, ao «costumado vício roto» de toda a tripulação, desde o capitão ao marinheiro (porque já não há ascetas, explica o autor)¹⁶⁰.

Imputar à Expansão, considerando-a causa fundamental, a dissolução dos costumes seria, contudo, excessivo e particularmente atribuir-lhe este género de ocorrência, uma vez que fontes diversas, sejam literárias ou legislativas, até mesmo eclesiásticas, dão testemunho em épocas anteriores deste tipo de fenómenos com maior ou menor frequência. Aquela poderia constituir, quanto muito, mais um factor de agravamento. Nesta perspectiva se poderá encarar o enredo do *Auto da Índia* (1509) de Gil Vicente onde, curiosamente, se contrapõe à saudade pelo marido ausente e à falta de sustento, sentimentos e situações bem diversas, elaborando-se um discurso paralelo na própria peça.

Uma outra importante questão interliga-se em Garcia de Resende com o facto da saída de muitos naturais do reino, compensada com a entrada em contrapartida de inúmeros cativos (veja-se a propósito a figura do negro na obra vicentina, de proveniência diversa e utilizado em variadas funções). Trata-se da alteração do carácter nos portugueses que em grande número se difundem pelo Brasil, pelas Ilhas e pela Índia¹⁶¹.

Diversos autores realçam os perniciosos efeitos que a remota Índia teria incutido nos Portugueses, tanto por intermédio da riqueza como pela ligeireza de costumes. Não faltam, aliás, vozes como a de Pero de Andrade Caminha a alertar os que para lá se dirigem (*Epístola VIII*), para os muitos «sobressaltos» que terão de vencer durante a sua estada. Refere-se não propriamente aos danos no corpo provocados pela guerra e que seriam honrosos, mas aos impressos na alma originados pela ociosidade¹⁶² (semelhança com a mensagem de António Ferreira).

No testemunho de Diogo do Couto, já nos finais de quinhentos (n'O *Soldado Prático*), encontra-se, todavia, uma interpretação diferente. As características que a Índia então evidenciava, sinais do seu declínio, demonstravam, segundo ele, a própria decadência moral e material da nação: tinham deixado de ir de Portugal «verdade, espadas largas e portugueses de ouro» na citação que faz do Rei de Cochim.

É já evidente, bem mais cedo, em Garcia de Resende na sua *Miscelânea*, uma consciencialização da rarefacção que se ia notando de homens capazes de assumir

com valentia e saber o governo da Índia. Uns haviam já desaparecido, outros eram então vítimas de processos, facto que muito prejudicava, mesmo do ponto de vista moral, o critério de futuras escolhas e promoções.

Diogo do Couto, nas últimas décadas do século, ao considerar as razões porque «a Índia foi de pernas acima»¹⁶³, reflecte sobre as mudanças verificadas desde os primórdios da implantação portuguesa – realizada com verdade, fidelidade, liberalidade, valor e esforço – até à sua época em que a alteração de costumes é notória, em que os próprios governadores, despidas as armas e entregando-se às delícias da cidade de Goa, se comportavam abusivamente como Césares, imperando, em detrimento do serviço de Deus e do Rei, o interesse particular.

De notar ainda que n'O *Soldado Prático* é ao monarca (D. Sebastião / Filipe I) que se atribuem as principais responsabilidades, pois cabendo-lhe informar-se dos recursos e da administração do Estado da Índia parece, pelo contrário, desinteressar-se pelo que ali se passa e pelo seu futuro – indiferença pelas cartas de cidades, fidalgos, ordens religiosas e particulares com queixas, pedidos de socorro e maus presságios. No Oriente mantêm-se, assim, impunemente os abusos e é sempre pequeno, segundo Couto, o provimento de armadas e recursos.

Também Francisco Rodrigues Silveira, que escreve acerca da Índia (1585-98) e de Portugal (1598-1634), ilustra o quadro cru de uma Índia «mãe piedosíssima de velhacos e cruel madrasta de homens de bem»¹⁶⁴. Considera-se desengano – por via da razão e da experiência – «do grande erro» em que vivera, ocasionado pela «fama das coisas da Índia»¹⁶⁵. Na realidade descreve uma Índia que se revela abundante e deliciosa mas só para os vice-reis, capitães de armadas e de fortalezas, fidalgos, desembargadores, ouvidores, advogados, contratadores, clérigos e frades que, animados por uma «infernál sede de dinheiro», recorrem a mil e um artificios e encontram, muitos deles, na fazenda do Estado e dos súbditos, o manancial mais caudaloso (visível, segundo indica, já nos anos 40 do século XVI)¹⁶⁶. Não são muitos os fidalgos honrados zeladores do serviço de Deus e do Rei nem os capitães amigos da honra, conforme afirma, concluindo que não se identificam necessariamente com virtude e valor os letrados e fidalgos estantes naquelas paragens.

Ao observar, por outro lado, quanto a prosperidade ocasionada pelas primeiras acções vitoriosas no Oriente cegara os Portugueses e os tesouros da Índia haviam desencadeado grandes e perniciosos males a Portugal, Silveira explica o facto por se terem introduzido com tais riquezas os «injustos meios por onde as haviam adquirido»¹⁶⁷, contagiando os ânimos.

Desta forma se encara o Oriente como foco de vícios para Portugal, além de sorvedouro de vidas (no mar, pela guerra, pelo clima). Devido a ele, a nação

sacrifica a alma e o sangue à idolatria das riquezas e esta mina, por seu turno, a segurança e estabilidade da Índia: castigo divino (também sobre tal se interroga Couto), que atinge a Índia e Portugal, reflectido na acção holandesa?

Tudo parece conluiar-se contra os interesses públicos: «por maus caminhos» se obtém grandes somas da fortaleza de Ormuz; cobiça, venalidade, ladroagem, extorsão, crueldade, classificam as atitudes de vice-reis e seus apaniguados, capitães, escrivães e feitores¹⁶⁸. A justiça revela-se ineficaz; a cobiça e a impiedade de uns motiva a miséria dos soldados, que acabam por partir para outras terras e até servir nos exércitos dos infiéis. Reina a desordem militar em terra e no mar; não se enviam para o Oriente capitães experimentados; falha a própria evangelização ao divulgar «palavras secas sem obras que as confirmem»; as fugas à rota e o contrabando contribuem para a diminuição das riquezas, para lá dos abusos e do esbanjamento (praticado na metrópole). Tudo se transformará em fumo ou vento – adverte Silveira (como Diogo do Couto) –, se não forem tomadas medidas de reforma.

Tendo em vista o esforço e os grandes sacrifícios materiais, além dos morais, que Portugal realizara para manter áreas tão distantes e por isso despendiosas, facto que justificaria o cansaço da pátria, aponta Silveira soluções e reformas administrativas, navais e militares, com o fim de conseguir o aumento do rendimento do Estado, a segurança militar, a circulação comercial e inclusivamente a salvação espiritual dos capitães da Índia «odiosos a Deus e aos homens»¹⁶⁹, preconizando até o desenvolvimento na Índia de formas de auto-suficiência.

Nos problemas levantados, tanto como nas soluções a seguir com vista à manutenção da Índia com maior proveito, encontrar-se-ão muitos pontos de contacto em economistas do século XVII, como Luís Mendes de Vasconcelos (*Diálogos do Sítio de Lisboa*, 1608) e, particularmente, em *Notícias de Portugal* (1655) de Manuel Severim de Faria.

Costa Lobo (1840-1913) ao publicar em 1877 o seu comentário aos discursos de Silveira, em *Memórias de um Soldado da Índia*, salientará necessariamente o valor testemunhal destes escritos para a compreensão das razões da degeneração do carácter nacional, considerando-os um «aviso solene para o futuro»¹⁷⁰, o que não invalida encontrar-se em Francisco Rodrigues Silveira, como em Diogo do Couto e em muitas posições assumidas até ao século XIX, em estreita ligação com uma consciencialização das dificuldades e gravidade de problemas que atingem Portugal e as suas possessões ultramarinas, não só a indicação de soluções para purificar, manter e até reforçar o Império, como uma prova documental da vitalidade do espírito nacional que os autores oitocentistas atrás mencionados tanto negam.

A observação crítica da sociedade e do comportamento dos homens continuará a ter os seus cultivadores nos séculos XVII e XVIII, com uma aceitação variável¹⁷¹. Trata-se de um tipo de intervenção que revela sempre, de uma forma ou de outra, um certo contexto epocal e condicionalismos por vezes directamente decorrentes do meio social e/ou cultural e da experiência pessoal de cada autor. Traduz valores que dominam, se entrechocam ou se encontram em transmutação. Emprega-se uma crítica por vezes acutilante.

A título de exemplo, recorde-se os escritos de D. Francisco Manuel de Melo (1608-66), nomeadamente a sua apreensão do negativo das ambições que movem os homens nas *Epanáforas de Vária História Portuguesa* (1660), onde as suas palavras de censura moral são por vezes duras realçando a «tirania» de quem manda e as «queixas» e a «tristeza» da mísera gente vitimada, abordando a guerra e as suas misérias, uma realidade em que ele próprio participa e de que é simultaneamente o relator¹⁷².

Mencione-se ainda Matias Aires (1705-63), autor de *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens* (1752), cuja concepção de nobreza choca intensamente com a da tradicional nobreza de sangue, tornando-o original e até subversivo na sua «negrura morigeradora»¹⁷³, ao considerar que só existia nobreza onde ela fosse «verdadeira e útil», ou seja, onde subsistissem intrinsecamente associados, «riqueza, poder e luzimento efectivos» e uma actividade social benéfica, justamente premiada pelo rei.

Recorde-se por fim a crítica acerada de Bocage (1765-1805) cuja vivência no Oriente o leva a vergastar as vãs vaidades de Goa e a realçar os contrastes entre a tradição histórica de «heróis» e do «márcio ardor da lusa gente» e a realidade que observa de um Império que «por terra jaz»¹⁷⁴.

Propositadamente deixei para a parte final desta pequena reflexão sobre os «fumos da Índia» com base em escritores quinhentistas, temas que se relacionam intimamente com uma das linhas de força da crítica feita em oitocentos a todo o decurso da Expansão portuguesa.

Refiro-me às interpretações que encaram os Descobrimentos marítimos (ou até mesmo as primeiras conquistas no Norte de África), como marcando não só uma viragem na política nacional mas a interrupção de todo um processo de desenvolvimento produtivo interno.

A Expansão motivaria um escoamento constante da população de todo o reino para Lisboa (para o serviço da Corte ou para as armadas) e desta para todas as áreas do Império, facto que redundaria em escassez de mão-de-obra nos campos e nos ofícios, ocasionando a estagnação e o retrocesso na produção agrícola, e coarctando o florescimento de indústrias incipientes. Sentido com

maior ou menor intensidade pelos autores quinhentistas, este tipo de problemas será posteriormente objecto de reflexão, sobretudo por parte dos economistas dos séculos XVII e XVIII.

Embora, na verdade, desde o século XV tenha havido um extraordinário alargamento dos temas de interesse relacionados com a nossa Expansão e haja no século XVI uma viva sensibilidade inclusivamente para fenómenos do tipo económico e demográfico, de ponderação imprescindível para o processamento daquela, mesmo em abordagens sobre a vida económica a visão ética mostra-se dominante.

Nos séculos posteriores, a percepção e o discurso neste campo irão evoluir com as próprias vicissitudes da economia nacional desde finais de quinhentos, e, apesar de se não prescindir da perspectiva moral, surgem a partir do século XVII, reflexões de indivíduos, muitos dos quais com experiência política na governação ultramarina, no campo do direito e na diplomacia, ou directamente ligados aos meios comerciais e financeiros, que procuram uma interpretação e propõem projectos de reforma e de fomento, mediante uma observação dos fenómenos internos e uma análise crítica da política ultramarina da Coroa portuguesa desde os seus primórdios.

Os seus discursos têm um interesse prático e procuram influenciar a orientação governativa. São, contudo, – e apesar de variarem na avaliação e valorização dos diversos factores intervenientes – produto de reflexão num contexto determinado com os seus problemas, alternativas e objectivos específicos que o particularizam.

Mas debrucemo-nos, antes de mais, sobre os testemunhos do século XVI, que, com amplitude e especificidade variáveis, fazem referência à população produtiva e, em especial, a alterações detectadas no seu comportamento: deslocações ou mesmo mudança de actividade.

Gil Vicente é um dos autores que mais explora o multifacetado mundo das camadas baixas e médias que ambicionam alcançar um modo de vida socialmente mais valorizado e que, para tanto, recorrem a toda a espécie de ardis. De recordar, a título de exemplo, os sentimentos, ambições e incertezas de figuras desde o filho do lavrador, à jovem namorada da vila ou da cidade, ao criado ou ao próprio escudeiro.

Do ponto de vista deste autor, como já referi, o ideal seria (na sua concepção hierárquica e tripartida da sociedade e numa forte adesão à imobilidade) o lavrador manter a sua descendência no trabalho do campo – que a todos alimenta –, o mesmo acontecendo com o mundo dos ofícios. E, de forma idêntica, os fidalgos deveriam servir reis e importantes senhores sem grandes ostentações, causa esta

na sua óptica fundamental para justificar na *Farsa dos Almocreves* (1527) o desvio de homens da agricultura. A falta de mão-de-obra e a improdutividade dos campos reflectem-se, assim, na obra vicentina. Também a opressão do lavrador, o desprezo pela terra e o abandono das aldeias, bem como a pobreza dos mesteres, transparecem em Sá de Miranda (*Cartas ao Rei D. João III e a António Pereira*).

Na realidade, à exploração de que é vítima ou as inconstâncias de uma vida que o cimenta à miséria, levam o lavrador a pretender colocar os filhos no paço ou a introduzi-los na vida eclesiástica, «não com devoção sobeja, / – como explica João Mortinheira (*Romagem de Agravados*, 1533) – mas por que possa viver / como mais folgado seja».

Da mesma terra provêm, na *Farsa dos Almocreves* (1527), o pajem e o capelão de um fidalgo arruinado. Abandonaram a aldeia onde a família continua a trabalhar a terra e a guardar o gado – com imenso sacrifício e na miséria, conforme se refere a dado passo –, um sonhando em tornar-se cavaleiro fidalgo, outro em obter um bispado. E ambos permanecem anos a fio ao serviço daquele fidalgo, sob promessa de virem a ser por ele introduzidos no Paço. Viriam assim a integrar-se na Corte onde já abundavam, aliás, muitos portugueses «mais propínquos dos arados / que parentes dos Meneses», conforme se afirma no *Clérigo da Beira* (1529?)¹⁷⁵.

A crítica nesta peça é, de resto, muito forte a fenómenos deste tipo e à sua generalização (segundo alusões ainda noutras peças, como no *Auto da Feira*, 1526-27), de tal forma que se prognostica para um futuro próximo – uma vez que todos, desde os pastores aos filhos dos lavradores, conseguiriam nobilitar-se –, o desaparecimento do vilão.

Extensiva se mostra, de resto, tal previsão aos que se dedicavam a certos ofícios mecânicos e que os abandonam e depreciam. Veja-se, a propósito, testemunhos no *Juiz da Beira* (1525 ou 26) ou na *Farsa dos Almocreves* (1527). Gil Vicente atende prioritariamente, em diversas referências na sua obra, aos que se ligam ao fabrico de tecidos e à sua confecção. Porque não aprendera o escudeiro o ofício de alfaiate ou de tecelão, em vez de passar fome? pergunta em *Quem tem Farelos?* (1515) a mãe de Isabel, assim como insiste com esta para que se dedique a ocupações manuais, como o fiar e o tecer. Mas para a jovem ser tecedeira era identificar-se com uma camada social inferior que ela desprezava.

A atitude destas duas figuras assemelha-se, de resto, muito com a retratada na *Farsa de Inês Pereira* (1523). A primeira afirmação/explosão da moça costureira é desde logo «Renego deste lavar» e exclui rapidamente a hipótese de casar com um vilão, mesmo que se trate de Pero Marques, abastado em terras e gado e aceitando-a sem dote. Prefere, à simplicidade (e boçalidade) deste, um escudeiro

da Corte mesmo que sem posses! E lá está de novo o aviso da mãe, pressagiando a infelicidade futura de Inês: «Não te é melhor, mal por mal, / Inês, um bom oficial, / que te ganhe nessa praça, / que é um escravo de graça, / e mais casas com teu igual?»¹⁷⁶.

Se o destino de muitos homens é, por outro lado, desviado da guerra e do trabalho dos campos para a vida eclesiástica, esta parece também absorver gente dos ofícios, e tudo isto contribui mais ainda para a agudeza da crítica vicentina. Como gostaria Gil Vicente de refundir uns milhares de frades sem vocação religiosa e, segundo lhe parece, desejosos de se tornarem leigos e fidalgos, para os aplicar no combate ao infiel! É o caso de Frei Rodrigo da *Frágua d'Amor* (1524) que, ainda para mais, fora carpinteiro na Ribeira antes de se integrar na vida religiosa. A propósito lembre-se também o que acontece a um frade pregador no *Auto das Fadas* (1527?), quando desce aos infernos: é feito tecelão!

Outros fenómenos se juntam a estes, como a presença em determinadas profissões do judeu ou do cristão-novo (ex.: alfaiate e sapateiro em Gil Vicente, quando não ligado ao comércio, às cobranças ou à especulação) ou os ofícios nas mãos de estrangeiros, facto referido por Garcia de Resende¹⁷⁷ e por outros autores, como Clenardo.

Note-se, de resto, o comentário que a propósito desenvolve o Cardeal Gonçalves Cerejeira¹⁷⁸, aproveitando para frisar, com base em vários testemunhos de estrangeiros, a repugnância que os portugueses sentiam por qualquer trabalho, sobretudo manual, e a sua mania nobiliárquica, que, aliadas a um ideal cavaleiresco, matavam qualquer orientação utilitária da vida. São citados ainda autores como Damião de Góis (em *Hispania Illustrata* e noutras obras) para testemunhar o desprezo pela agricultura e a exploração da terra, a substituição (com desvantagem) da mão-de-obra nacional por escrava e a importação de cereais, atribuída não apenas a calamidades naturais mas, particularmente, ao abandono dos trabalhos (e estagnação da agricultura) resultante da atracção exercida pela Expansão marítima e ainda para salientar a falta de produtos manufacturados que tinham de ser importados.

A verdade, porém, é que subjazem fenómenos de tipo estrutural no século XVI que nem a organização do Estado absoluto nem a Expansão vieram alterar. O engrandecimento da Corte e de Lisboa e vários factores de ordem económica e militar, quanto muito, ampliaram o mercado consumidor. Boa parte da produção agrícola e da produção industrial dependem, de facto, para o seu desenvolvimento, do interesse comercial. Mas esta última (oficial ou doméstica e regional, características que manterá até ao século XVIII, conforme salienta Borges de Macedo¹⁷⁹), dispersa por todo o país, é incontestável em diversos ramos de

actividade e destinada essencialmente ao consumo local ou, em menor escala, à exportação. Já desde os finais do século XIV se tornara, inclusivamente florescente, a produção ligada à fabricação de biscoito e à construção naval, com um tipo de organização mais avançado e aplicando grande número de braços.

Por fim, é igualmente inegável a importância e o dinamismo nas cidades da pequena burguesia artesanal à frente mesmo da comercial¹⁸⁰. Embora consideradas «baixas», as artes mecânicas ornamentam e trazem fama às cidades ilustres, como adverte António Ferreira (*Carta II-II*)¹⁸¹ e, na prática, alguns desses ofícios desenvolviam-se e especializavam-se ao sabor dos novos tempos, como já referi.

Quanto à movimentação de população, há que aludir ainda àqueles indivíduos que se deslocavam, principalmente para Lisboa, procurando na faina marítima uma mudança de vida e a possibilidade de partirem nas armadas e virem a fixar-se durante maior ou menor tempo na Índia ou noutras áreas do Império português, procurando aí fazer fortuna rapidamente. Recordem-se as características dos grumetes no *Triunfo do Inverno* (1529) de Gil Vicente e como Afonso de Albuquerque, segundo se lê em Francisco Rodrigues Silveira, se vira obrigado a refrear, além dos fidalgos guerreiros e dos escudeiros na penúria, rascões famintos, serranos da Beira e abegões do Minho, e aventureiros de todo o reino que, quais lobos, devoravam a Índia. Na verdade, após analisar o crescimento de Lisboa no século XVI, Magalhães Godinho conclui no seu estudo sobre a sociedade portuguesa que não terá sido a cidade a absorver o êxodo rural. Este foi embarcadicho, assim o classifica¹⁸².

A questão demográfica será, aliás, um dos problemas centrais dos economistas do século XVII e objecto nos séculos XVIII e XIX de diversos escritos.

Marcara de facto a escrita quinhentista o fenómeno da partida constante de levadas de homens, quantas vezes para um destino incerto e para terras longínquas, a formar um novo Portugal (António Ferreira, *Carta II-VII*). Nessa partida o reino antigo se despovoava, no dizer de Camões, se enfraquece e se vai «deitando a longe»¹⁸³ (*Os Lusíadas*, Canto IV).

O aumento populacional é, contudo, testado em quinhentos pela própria necessidade e capacidade de difusão dos Portugueses a povoar as Ilhas, o Brasil, a costa de África, a estabelecer fortalezas e a fixar-se no Oriente, vindo a ultrapassar nessa expansão, como Magalhães Godinho salienta em vários estudos, as próprias fronteiras do Império¹⁸⁴.

Em pleno século XVII, todavia, aquilo para que se chama a atenção é a incapacidade em recursos humanos manifestada pelo Reino, quer para o exército quer para a navegação e, especialmente, para o cultivo da terra (Severim de Faria,

Notícias de Portugal, 1655). Mas, partindo do princípio que a houve, onde encontrar as razões fundamentais para a diminuição populacional?

Manuel Severim de Faria (1583-1655), excluía a hipótese de falta de crescimento natural, considera como razão principal dessa quebra as conquistas, nomeadamente a conquista da Índia, uma vez que exigiam um levantamento contínuo de gente para as armadas e para o povoamento e fixação em territórios ultramarinos¹⁸⁵.

Não é da mesma forma que olha a exploração das Ilhas ou do Brasil. Dado que estes espaços, além de constituírem territórios próximos e em paz, se revelarem fornecedores de mantimentos e riquezas, não requerendo tantos homens e facilitando o seu regresso – na perspectiva de Luís Mendes de Vasconcelos (1580-1622/23), *Diálogos do Sítio de Lisboa*, 1608¹⁸⁶, seria até uma saída de gente do Reino útil a este, consideradas as potencialidades dessas terras. Também a África é vista como benéfica. Angola contribuía com mão-de-obra tanto para os engenhos brasileiros como para o próprio Reino (necessária compensação para o cultivo da terra e para o serviço ordinário). O Oriente, distante, exigindo navegação perigosa e muita gente para povoar e guerrear, é, portanto, a principal causa, segundo afirma Severim de Faria, da rarefacção de gente no Reino, pois daquele havia proporcionalmente poucos retornos.

Como segunda ordem de razões coloca este autor a carência de ofícios mecânicos, facto que provocava a vadiagem e a emigração principalmente para Castela e, em terceiro lugar, defeitos no aproveitamento de terras para povoamento e cultivo (caso do Sul do País) que leva muitos a partirem para as navegações¹⁸⁷.

Entre o pensamento de Severim de Faria e o de Mendes de Vasconcelos existem pontos de contacto uma vez que, salvaguardando ambos os objectivos ideológicos do grande empreendimento – promulgar a Fé –, até mesmo o seu carácter heróico, consideram a conquista da Índia um erro, um desvio dos objectivos comerciais da navegação para a Índia, revelando-se esta consumidora de homens e de dinheiro e, portanto, prejudicial para o Estado, enquanto – note-se – não se aplicassem reformas conducentes à sua manutenção proveitosa, útil.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, outros autores se debruçaram sobre as razões das alterações populacionais. D. Luís da Cunha (1662-1749) considera demoradamente no seu *Testamento Político* (1747-49) as diversas sangrias que enfraquecem o corpo do Estado, porquanto faz residir a maior riqueza deste precisamente na mão-de-obra disponível para trabalhar e aumentar a produção das terras. O crescimento populacional é coarctado, do seu ponto de vista¹⁸⁸, pelo grande número de indivíduos que abraçam a vida religiosa (factor que Duarte

- como importantes referências ao longo de toda a obra vicentina – v. o meu estudo «Gil Vicente e o Império», in *História de Portugal*, dir. J. Medina, vol. IV.
- 122 Garcia de Resende, «Miscelânea», p. 345.
- 123 V. nota 118. Consciência de tal facto demonstram outros autores do *Cancioneiro Geral* como Luís da Silveira ao escrever uma «Trova que mandou... d'uma armada em que foi a alguns seus amigos que cá ficaram, e andavam namorados» (p. 322), Brás da Costa «quando veio a nova da morte do vizo-rei e do marechal na Índia» (p. 344) – v. Antologia – ou Garcia de Resende que compôs, em seguida, uma «Resposta... polos consoantes» (p. 345), declarando-se, tal como aquele, contrário a navegar e a passar tantos perigos.
- 124 António Ferreira, «Soneto II-XXXVII», in *Poemas Lusitanos*, vol. I, p. 100. Encontra-se transcrito na Antologia.
- 125 António Ferreira, comédia do *Fanchono*, cit. por Adrien Roig, *António Ferreira et l'aventure lusitanienne d'outremer* (sep. *Arquivos do Centro Cultural Português*, XV), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, p. 585.
- 126 Jorge Ferreira de Vasconcelos, *Comédia Eufrosina* (Prólogo e notas de Eugénio Asensio), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1951, pp. 113-15. V. excertos na Antologia. Adrien Roig cita a comédia *Aulegrafia* no estudo referido na nota anterior, p. 585 n. 15. Sobre Ferreira de Vasconcelos consulte-se os Apontamentos.
- 127 Gil Vicente, «Auto da Índia» (1509), in *Obras Completas*, vol. V (pp. 89-116), cit. p. 115. V. largos excertos desta peça na Antologia.
- 128 O testemunho de Francisco Rodrigues Silveira é o de um «verdadeiro soldado prático» pelo que se constata da sua vida e pelo que se conhece dos seus escritos. V. Apontamentos. Depois da publicação de Costa Lobo fundamentada na *Reformação* e nos *Discursos sobre a reformação da justiça da comarca da Beira e Antre Douro e Minho*, é Sousa Viterbo em 1900 o primeiro a criticar esta «antologia» e a chamar a atenção para a necessária leitura da obra de Silveira (segunda parte dos *Trabalhos Náuticos dos Portugueses nos Séculos XVI e XVII*, onde publica uma carta régia de 1606 de concessão de tença anual e vitalícia ao autor pelos serviços prestados na Índia e pelos livros sobre o bom governo desta. G. Davison Winus em 1980, em comunicação ao *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* (Actas, 1985, pp. 773-86), bem como no seu livro *A Lenda Negra da Índia Portuguesa* (trad. 1994, v. Bibliografia), revela um conhecimento directo das fontes, interpreta-as e estabelece criticamente um confronto de objectivos do discurso e de quadros mentais entre Silveira e o seu compilador oitocentista. Para este autor e para os estudos actualizados de Luís Filipe Barreto se deve pois remeter o leitor, colmatando a dificuldade de uma consulta directa aos Manuscritos da Biblioteca do Museu Britânico: *A Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental de Francisco Rodrigues Silveira – Fundamentos para uma edição crítica* (Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1991) e os novos dados biográficos apresentados no colóquio *A Universidade e os Descobrimentos* (Lisboa, 1993). Retirei das *Memórias de Um Soldado da Índia* de Costa Lobo alguns trechos da *Reformação* e incluí-os na Antologia.
- 129 Gil Vicente, «Auto de Mofina Mendes» (1515 e 1534?), in *Obras Completas*, vol. I (pp. 127-62), cit. p. 157.
- 130 Id., «Farsa dos Almocreves» (1527), in *Obras Completas*, vol. V, p. 338.
- 131 Id., «Triunfo do Inverno» (1529), in *Obras Completas*, vol. IV, p. 294.
- 132 Id., «Auto da Fama» (1520?) (pp. 117-40) e «Auto da Índia» (1509), in *Obras Completas*, vol. V, cits. pp. 126 e 98.
- 133 Id., «Juiz da Beira», (1525 ou 26), *op. cit.*, vol. V (pp. 273-317), cit. p. 305.
- 134 Garcia de Resende, «Miscelânea», p. 345.

- 135 V. Duarte da Gama, «Trovos que fez... às desordens», in *Cancioneiro Geral*, t. III, pp. 372-73. V. também Garcia Resende na sua *Miscelânea*, Sá de Miranda na *Carta A el-rei D. João* e Gil Vicente ao longo de toda a sua produção. Sobre a violenta crítica vicentina – que vergasta os erros para com isso permitir que sobressaíam as virtudes – a toda a ordem eclesiástica v. o meu estudo *Gil Vicente e a Sociedade Portuguesa de Quinhentos. Leitura crítica num mundo «de cara atrás»* (1990) e bibliografia nele indicada.
- Para uma leitura actual e documentada sobre a Igreja do século XVI, vicissitudes e renovações, evolução interna e intervenção (espiritual e temporal) na sociedade portuguesa, metropolitana e ultramarina, pode consultar-se uma extensa bibliografia sobre ordens religiosas, figuras e instituições da Igreja, missionação, etc. Saliente-se por ora para lá da *História da Igreja em Portugal*, de Fortunato de Almeida, diversas publicações de Isaías da Rosa Pereira, de Eugénio dos Santos «A Igreja em Portugal sob a monarquia absoluta» (*História de Portugal*, dir. João Medina, vol. VII, pp. 183-233) e as comunicações apresentadas ao *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora* e ao *Congresso Internacional de História. «Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas»*, cujas Actas foram publicadas respectivamente em 1994 e 1993.
- 136 Embarca-se «com amarras na riqueza» e não «por sua nobreza», assim o considera Duarte da Gama na «Glosa... à trova de D. João de Meneses em contrário de sua glosa» no *Cancioneiro Geral* (pp. 353-54), cit. p. 353, tal como Ferreira de Vasconcelos o salientará nas suas peças, particularmente na comédia *Eufrosina* onde enriquecer através da guerra e sobretudo do negócio parece ser a grande obsessão do nobre ao embarcar para a Índia. V. ed. referida na nota 126, pp. 118-20, 285.
- 137 António Ferreira, «A João Rodrigues de Sá de Meneses, no Porto. Carta I-VI», in *Poemas Lusitanos*, vol. II, pp. 58-64. V. excertos na Antologia.
- 138 *Ibid.*, p. 60.
- 139 António Ferreira, «A Manuel de Sampaio, em Coimbra. Carta I-X», in *Poemas Lusitanos*, vol. II, pp. 87-95. V. excertos na Antologia.
- 140 Sá de Miranda, «Carta A D. Fernando de Meneses», in *Obras Completas*, vol. II, p. 104.
- 141 P. de Andrade Caminha, citações da «Epístola V», p. 38, e da «Ode VII», p. 204, das *Poesias*.
- 142 A prosperidade de Lisboa de Quinhentos ficou amplamente retratada nas Belas-Letras – além dos testemunhos em estudo que condenam os excessos do bem-estar material e a onnipresença das transacções comerciais, recorde-se ainda a *Descrição da Cidade de Lisboa* de Damião de Góis (pub. em latim, Évora, 1554, com duas eds. no século XVII e uma no XVIII) e as prospecções que dela fizeram Cristóvão Rodrigues de Oliveira (*Sumário*, 1551) e João Brandão (*Grandeza e Abastança* de Lisboa em 1552), este mostrando-se particularmente crítico a propósito de determinados pontos da gestão da cidade (v. obras publicadas por Livros Horizonte, Lisboa, 1987-1990).
- Também nas Belas-Artes Lisboa foi cantada por nacionais e estrangeiros, principalmente em iluminuras e por António de Holanda – na *Crónica de D. Afonso Henriques* (c. 1520) de Duarte Galvão, na *Genealogia dos Reis de Portugal* (c. 1530), no *Livro de Horas* (c. 1530) dito de D. Manuel –, tanto em vistas panorâmicas como de pormenor, assim como em gravuras de Sebastian Munster (c. 1541) e George Brauno (c. 1572), num desenho à pena de autor desconhecido (c. 1570) e na pintura – *Políptico dos Santos Mártires de Lisboa*. Valorizam-se deste modo o Paço da Ribeira e outras construções arquitectónicas (sobretudo centros de administração), a intensa construção naval, a Rua Nova dos Mercadores, vasta e adornada de altos edifícios com galerias de lojas onde se desenvolvia grande azáfama comercial. Na pintura tal como na iluminura patenteia-se o ambiente de luxo, atende-se ao interior das casas, à decoração, aos objectos de uso quotidiano provenientes do mundo extra-europeu, das porcelanas das Índias (*Leitura Nova*)

Fontes

- Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* (Introdução e notas de André Crabbé Rocha), t. III, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1973:
- «De João Rodrigues de Castelo Branco contador da Guarda a António Pacheco vedor da moeda de Lisboa em resposta de uma carta que lhe mandou em que motejava dele», pp. 123-24.
 - «De Brás da Costa a Garcia de Resende quando veio a nova da morte do vizo-rei e do marechal na Índia», p. 344.
 - «Trovas que fez Duarte da Gama às desordens que agora se costumam em Portugal», pp. 369-77.
- Gil Vicente, *Obras Completas* (Prefácio e notas de Marques Braga), vol. V, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1944:
- «Auto da Índia», pp. 90-94, 96-97 e 108-16.
 - «Farsa dos Almocreves», pp. 345-49 e 357-60; 353-54 e 365-69.
- Garcia de Resende, «Miscelânea», in *Crónica de Dom João II e Miscelânea por Garcia de Resende* (Introdução de J. Veríssimo Serrão), Lisboa, IN-CM, 1973, pp. 335-36, 343-47, 354, 356, 359-66 e 369-70.
- Francisco de Sá de Miranda, *Obras Completas de Francisco de Sá de Miranda* (Prefácio e notas de Marques Braga), vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1937:
- «A António Ferreira», pp. 18-21.
 - «A João Rodrigues de Sá de Meneses», pp. 47-48 e 50.
 - «A António Pereira...», pp. 80-87 e 89-97.
 - «A D. Fernando de Meneses...», pp. 103-4.
- Jorge Ferreira de Vasconcelos, *Comédia Eufrosina* (Prólogo e notas de Eugenio Asensio), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1951, pp. 113-20 e 122-24.
- Pero de Andrade Caminha, *Poesias de Pedro de Andrade Caminha*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1791:
- «A meu irmão Gaspar de Sousa... Epístola V», pp. 36-39.
 - «A João Lopes Leitão... Epístola VII», pp. 43-44.
 - «A meu irmão Afonso Vaz Caminha... Epístola VIII», pp. 47-50.
 - «A D. Jorge de Meneses. Epístola XIX», pp. 87-88.
 - «A Francisco de Sá de Miranda. Ode VII», pp. 203-5.
 - «A D. Jorge de Meneses... Ode IX», pp. 208-9.

Luís de Camões, *Obras Completas de Luís de Camões*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1984:

- *Os Lusíadas* / Canto IV, vol. I, pp. 176-81.
- *Lírica* / «Oitava IV. Petição feita ao Regedor...», vol. III, pp. 393-97.

António Ferreira, *Poemas Lusitanos* (Prefácio e notas de Marques Braga), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1939-40, 2 vols:

- «Soneto II-XXXVII», vol. I, p. 100.
- «A uma Nau d'Armada... Ode I-VI», pp. 125-27.
- «A Afonso Vaz Caminha... Ode II-IV», pp. 140-42.
- «A António de Sá de Meneses. Carta I-IV», vol. II, pp. 49-52.
- «A João Rodrigues de Sá de Meneses... Carta I-VI», pp. 59-61.
- «A Garcia Frois Ferreira seu irmão. Carta I-VII», pp. 64-69.
- «A D. João de Lencastre... Carta I-IX», pp. 81-87.
- «A Manuel de Sampaio... Carta I-X», pp. 87-92 e 94-95.
- «A Luís Gonçalves de Câmara... Carta II-III», pp. 137-40.

Diogo Bernardes, *Obras Completas de Diogo Bernardes* (Prefácio e notas de Marques Braga), vol. II *O Lima*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1946:

- «Carta V. A Luís de Alcáçova Carneiro...», pp. 178-79.
- «Carta XXV. A Rui Gomes da Grã...», pp. 284-86.
- «Carta XXVI. Ao mesmo Rui Gomes da Grã...», pp. 289-93.

Diogo do Couto, *O Soldado Prático* (Prefácio e notas de Rodrigues Lapa), 3.ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1980, pp. 25-27, 107-8, 130-36, 152-55, 216.

Francisco Rodrigues Silveira, «Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental», excertos in *Memórias de Um Soldado da Índia* de Costa Lobo, Lisboa, Imprensa Nacional, reed. 1987, pp. 146-47, 154-56, 184-85, 192-97, 204-6 e 241-44.

Luís Mendes de Vasconcelos, «Diálogos do Sítio de Lisboa», in *Antologia dos Economistas Portugueses. Século XVII* de António Sérgio, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974, pp. 44-48, 58-60, 66-80.

Manuel Severim de Faria, «Notícias de Portugal» – «Dos Remédios para a Falta de Gente», *ibid.*, pp. 117, 127-29, 131-37.

Duarte Ribeiro de Macedo, «Sobre a Introdução das Artes», *ibid.*, pp. 167-71, 179-81, 183-85, 201, 223-25.

D. Luís da Cunha, *Testamento Político*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978, pp. 45-48, 58-64.

Matias Aires, «Reflexões sobre a Vaidade dos Homens», in *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens e a Carta sobre a Fortuna* (Introdução de Violeta Crespo Figueiredo e Jacinto Prado Coelho), Lisboa, IN-CM, 1980, pp. 173-75.

Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal, e suas conquistas (Prefácio de M. Jacinto Nunes, Introdução, direcção e edição de José Luís Cardoso), vol. I, Lisboa, Banco de Portugal, 1990-91:

- José Joaquim Soares de Barros, «Memória sobre as Causas da Diferente População de Portugal em Diversos Tempos da Monarquia», pp. 101-2, 104-7.
- D. Rodrigo de Sousa Coutinho, «Discurso sobre a Verdadeira Influência das Minas dos Metais Preciosos na Indústria das Nações que as possuem, e especialmente da Portuguesa», pp. 182-83.
- António Henriques da Silveira, «Racional Discurso sobre a Agricultura, e População da Província do Alentejo», pp. 76-79.

Memórias Económicas Inéditas (1780-1808) (Prefácio de M. Jacinto Nunes, Introdução, direcção e edição de José Luís Cardoso), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1987:

- Anónimo, «Demonstração das Principais Causas com que se tem arruinado a agricultura, indústria, e povoação do reino de Portugal, e os meios com que me parece se pode restabelecer», pp. 97-98, 115-17.

Barbosa du Bocage, *Opera Omnia de Manuel Maria Barbosa du Bocage*, I: *Sonetos* (Prefácio e notas de Hernâni Cidade), Lisboa, Livraria Bertrand, 1969, pp. 84, 87, 88, 89 e 91.

Alexandre Herculano, *Opúsculos IV*, org. Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Presença, 1985:

- «Carta V sobre a História de Portugal», pp. 230-39.
- «Cogitações soltas de um Homem Obscuro», pp. 329-35.
- «Historiadores Portugueses. IV Garcia de Resende», pp. 182-83.
- «Solemnia Verba. Segunda carta ao Sr. A. L. Magessi Tavares», pp. 76-79.
- «A perda de Arzila», in *Poesias*, t. I, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, pp. 168-70.

Rebello da Silva, *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII* (Introdução de Jorge Borges de Macedo), Lisboa, Imprensa Nacional, reed. 1971, pp. 4, 6-7, 243-45.

Soares de Passos, *Poesias*, Porto, Lello & Irmãos, 1984:

- «A Camões», pp. 53-58.
- «À Pátria», pp. 75-79.

Alberto Sampaio, «Ontem e Hoje», in *Estudos Históricos e Económicos* (Prefácio de Maria José Trindade), vol. II, Lisboa, Vega, 1979, pp. 148-59.

Antero de Quental, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, 2.ª ed., Lisboa, «Cadernos Peninsulares», 1971, pp. 14-15, 17, 19-31, 54-67.

Oliveira Martins, «Ao Leitor (Na Terceira Edição)», in *Portugal Contemporâneo*, vol. I, 8.ª ed., Lisboa, Guimarães, 1976, pp. 9-16.

- *História da Civilização Ibérica*, 11.ª ed., Lisboa, Guimarães, 1984, pp. 257-58, 260-61, 276, 278.
- *História de Portugal*, 16.ª ed., Lisboa, Guimarães, 1972, pp. 315-22, 324, 326, 436-38.

Guerra Junqueiro, *Pátria* / *Cenas VIII, IX e XI*, 9.ª ed., Lisboa, Lello & Irmãos, 1968, pp. 53-63, 76-78, 100-2.

Critérios de edição

De forma a facilitar a leitura dos textos que se seguem, particularmente os quinhentistas, e dado que não se visa um estudo nem paleográfico nem linguístico, foi uniformizada e actualizada, quanto possível, a ortografia. Procedeu-se desta forma sempre que as alterações não pusessem em causa o texto original (segundo a edição consultada) nem a sua rima.

Assim, procedeu-se à separação e união de palavras, utilizando por vezes o hífen e, com frequência, o apóstrofe (em caso de elisões) e foram acentuadas e cedilhadas segundo os critérios actuais; conforme o seu valor de vogal ou consoante, empregou-se *u* ou *v*, *i* ou *j*; foram substituídas as letras duplas por simples; sempre que oportuno, foi eliminado ou acrescentado o *h* inicial. Ao desenvolver as abreviaturas de tipo nasal (geralmente em *m* ou *n*) foi mantido o til (que substitui o primitivo sinal de abreviatura) apenas quando à vogal nasalizada se segue outra vogal (caso de *ũa*, *nenhũa*, *algũa*).

Foram mantidas expressões como *al*, *assi*, *ca* (porque), a forma apocopada *co* (com) – mas alterando sempre que possível as suas combinações com artigos ou pronomes pessoais através do uso do apóstrofe (c') –, *i* (*aí*), *Jesu*, *leixar*, *mi*, *mor*, *mui*, *os* (aos), *per*, *pera*, *pola*, *polo*, *são* (sou), *si*. Forçoso se tornou, pelas razões atrás mencionadas, manter duplas grafias como *continuos* e *contínuos*, *crecer* e *crescer*, *devações* e *devoções*, *dinos* e *dignos*, *esprito* e *espírito*, *Frandes* e *Flandres*, *fruitas* e *frutas*, *imigo* e *inimigo*, *inda* e *ainda*, *reprender* e *reprender*, *sotil* e *subtil*. Aliás, o próprio critério das edições consultadas, que se procurou respeitar, nem sempre é uniforme. Quanto à pontuação, esta não foi modificada.

João Rodrigues de Castelo Branco [v. Biografia, p. 403]

A António Pacheco, vedor da moeda de Lisboa

ed. 1516

Cancioneiro Geral

*Em viver na Corte
pouco se ganha,
mas tudo se perde
partindo nas
armadas.*

...

Armadas idas d'além
já sabeis como se fazem,
quantos cativos lá jazem,
quantos lá vão que não vêm.
E quantos esse mar tem
sumidos que não parecem,
e quão cedo cá esquecem,
sem lembrarem a ninguém.

E alguns que são tornados
livres destas borrisçadas,
se os is ver às pousadas,
achai-los esfarrapados.
Pobres, e necessitados
por mui diversas maneiras,
por casas das regateiras
os vestidos apenhados.

Por isto, senhor Mafoma,
tresmontei cá nesta Beira
por tomar a derradeira
vida que tod'o homem toma.
Porque há lá tanta soma
de males, e de paixão,
que por não ser cortesão
fugirei daqui 'té Roma.

da VIII, a IX saiu a lume em 1736 e a X em 1778. Das *Décadas* XI e XII conhecem-se apenas fragmentos.

Francisco Rodrigues Silveira Lamego, c. 1558 - 1640?

Quando embarcou para a Índia tinha 27 anos. Nela permanecerá de 1586 a 1598, testemunhando na sua obra alguns dos momentos mais marcantes de uma activa vida de soldado. Regressa depois a Lamego, dedicando-se à agricultura e, a partir de 1604, ao ofício de tabelião do judicial. Pelos serviços prestados na Índia e a elaboração do livro para o seu bom governo, assim como pelo facto de – dada a sua incapacidade física – não poder ocupar o lugar de feitor de Ormuz que se lhe destinava, Silveira passa a receber, a partir de 1606, uma tença anual de 50 mil reis.

A *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*, onde aponta desordens e preconiza soluções (razão das suas deslocações a Lisboa, Madrid e Valhadolid), terá tido a sua redacção final entre 1599/1600 e 1620/22 (Luís F. Barreto), e é dedicada a Filipe I. Ainda em 1635(?), Silveira oferecerá a sua 6.ª redacção com dedicatória escrita pelo seu próprio punho à princesa Margarida de Áustria, Duquesa de Mântua e então governadora de Portugal.

A cópia manuscrita que se conserva na Biblioteca do Museu Britânico (Ms. N. 25:412, *Additional Manuscripts: Portuguese*), foi utilizada por A. S. S. Costa Lobo que a publicou parcialmente em 1877 nas *Memórias de Um Soldado da Índia*. Importante enquanto testemunho contextualizado de um homem com experiência prática no Oriente, um «verdadeiro soldado prático», esta edição oitocentista, todavia, terá, na orgânica que imprimiu aos excertos de Silveira, orientado o discurso, deturpando-o (G. Davison Winius).

Encadernado juntamente com este texto encontra-se no Museu Britânico outra obra de Silveira, os *Discursos sobre a reforma da justiça da comarca da Beira e Antre Douro e Minho* reportando-se, pois, à situação no reino (após 1598) e aos defeitos na administração que o autor pretendia solucionar. Trata-se de discursos redigidos e terminados em épocas diferentes (X-1608, V-1620, VIII-1621, III-pós 1626). Uma outra cópia manuscrita deste trabalho pode ser analisada em Lisboa, na Biblioteca da Ajuda (antigo Códice 49-XI-19).

Em 1630 Rodrigues Silveira faz acompanhar de uma carta ao monarca o exemplar que lhe envia deste segundo trabalho, revelando o seu desespero e indignação pela falta de ouvidos da Corte à sua *Reformação* e pelas malhas defeituosas da justiça na comarca da Beira e Antre Douro e Minho de que foi vítima durante anos e que o moveram a escrever estes *Discursos*. A maior parte destas informações biográficas foi recolhida em documentação coeva que Luís F. Barreto estudou e publicou.

Luís Mendes de Vasconcelos Lisboa? 1580 - 1622/23

De origem nobre, com comendas da Ordem de Cristo, prestigiou-se na arte militar e em importantes funções que com ela e com as áreas ultramarinas se relacionam. Foi capitão-mor de armadas destinadas ao Oriente e governador de Angola até 1621. Nesta qualidade ficou ligado à fundação de fortalezas, à luta e submissão de naturais e à descoberta das minas de cobre do Zumbo.

A sua ampla instrução (da História, Milícia, Política à Mitologia e Poética) e experiência permitiram-lhe escritos como a *Arte Militar*, acompanhada de discursos e estudos e publicada em 1612, entre outros trabalhos. Particularmente na obra que publica em 1608 (Lisboa), *Do Sítio de Lisboa. Diálogo*, transparece a sua perspectiva sobre o projecto ultramarino, a importância do descobrimento comercial com base no investimento produtivo, e o valor que na sua

óptica Lisboa possuía no império de Filipe II, a quem, aliás, propõe mesmo a transferência da capital dos seus domínios (reiterada por Severim de Faria nos seus *Discursos Vários Políticos* publicados em 1624). Teve aquela obra novas edições em 1786, 1803 e 1924.

Manuel Severim de Faria Lisboa, 1583 - Évora, 1655

Sobrinho de Baltazar de Faria Severim (1569-1625) com estudos aprofundados em Filosofia e Teologia (Universidade de Évora), tornou-se, por renúncia do tio, cônego e chantre da Sé de Évora (1608/9, até 1633/42 por renúncia em Manuel de Faria Severim, seu sobrinho).

Desenvolveu um interesse provado em campos diversificados, da poesia à reflexão moral, da política à geografia, investigando e escrevendo sobre numismática, genealogia, organização militar, construção naval, biografias de homens como João de Barros, Luís de Camões e Diogo do Couto, história religiosa, política, questões económicas.

Nestes últimos campos se inserem fundamentalmente os seus *Discursos Vários Políticos* (Évora, 1624) e neles e nos restantes as *Notícias de Portugal* só publicadas em 1655 (Lisboa).

Falecido em Évora e sepultado no cemitério do Convento da Cartuxa, deixou impressa uma extensa obra, superada, contudo, pelo vastíssimo espólio manuscrito, no qual sobressaem trabalhos sobre a história ultramarina.

Duarte Ribeiro de Macedo Cadaval?, 1618 - Alicante, 1680

Mestre pela Universidade de Évora e Bacharel pela de Coimbra, o seu itinerário enquanto magistrado culminou na função de Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação, depois de ter percorrido lugares como o de Juiz de fora em Elvas (1650), corregedor em Torre de Moncorvo, desembargador na Relação do Porto e finalmente desembargador na Casa da Suplicação em Lisboa.

Cavaleiro da Ordem de Cristo, foi ainda Conselheiro da Fazenda e do Conselho do Rei.

A carreira de diplomata levou-o, por seu turno, a França ainda em 1659, na qualidade de secretário da embaixada, e a Espanha em 1660 como enviado extraordinário e negociador, a propósito do que redigiu e publicou em 1666 um *Juízo histórico e jurídico sobre a paz celebrada entre as Coroas de França e Castela no ano de 1660*.

Em França permanecerá após 1668 durante nove anos exercendo o seu ministério junto da Corte francesa. Virá a falecer em Espanha, em 1680, quando em missão e já indigitado para exercer funções diplomáticas na Corte de Sabóia.

Enriquecida desta forma pela prática, maior se torna ainda a sua natural aptidão para dissertar em questões políticas, financeiras, económicas e administrativas, estudando-as e propondo soluções, muitas das quais intimamente relacionadas com as áreas ultramarinas. Data de 1675 o seu discurso *Sobre a Introdução das Artes* no Reino que correrá manuscrito, vindo a ser editado só no século XIX (1813 e 1817). Escreveu, ainda, poesia e obras de história e de genealogia, embora os seus *Discursos Políticos e Obras Métricas* só postumamente tenham saído a lume em Lisboa, em 1721.

No século XVIII reúnem-se os seus escritos nas *Obras do Dr. Ribeiro de Macedo* (1743 e 1767).

D. Luís da Cunha Lisboa, 1662 - Paris, 1749

De origem nobre e comendador da Ordem de Cristo, bacharel e depois licenciado pela Universidade de Coimbra, progrediu sempre ao longo dos anos na sua carreira de magistrado

aprofundamento do pensamento e das concepções filosóficas. Veja-se, a esse propósito, produções posteriores como *A Vêlhice do Padre Eterno* (1885) e o poema inacabado, saído do prelo postumamente (1926), *Prometeu Libertado*. A escrita poética de Junqueiro, da lírica à panfletária e satírica ou à de tom místico e filosófico, liga-se aliás, intrinsecamente e completa o seu discurso político e a reflexão doutrinária, patentes em intervenções compiladas nas *Prosas Dispersas* (1921) e nas *Horas de Combate* (1924).

Secretário do Governo Civil em 1876 em Angra do Heroísmo (até 1879), fará, entretanto, representar em Lisboa a *Viagem à Roda da Parvónia* (1879), de imediato proibida. Militante político no Partido Progressista desde essa época, Guerra Junqueiro será deputado por diferentes círculos. Também activo se mostrará como membro do grupo dos «Vencidos da Vida».

Aquando do Ultimato, é com violência que, em *Finis Patriae* (1890), traduz vociferações anti-britânicas e uma indignação que o leva a identificar-se cada vez mais com o Partido Republicano. A este irá aderir depois de 1896, ano em que publica *Pátria*.

Ora lírico (veja-se *Os Simples*, 1892), ora mordaz tanto com a dinastia de Bragança como, já após a implantação da República, com os novos governantes, revelando «a acidez do seu temperamento insubmisso» (Amadeu Carvalho Homem), Junqueiro servirá, todavia, o novo regime como embaixador em Berna (1911-14).

Depois, novos valores o guiarão e aos seus poemas numa via menos militante (*Oração à Luz*, 1904), entrelaçando-se outros tempos históricos com uma conversão religiosa, conduzindo-o a reorientações e a reformular parte da sua obra.

História Moderna e Contemporânea

Colecção coordenada por João Medina

1

Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa, 1875-1900

António José Telo

2

Morte e Transfiguração de Sidónio Pais

João Medina

3

António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)

Ernesto Castro Leal

4

Os «Fumos da Índia». Uma Leitura Crítica da Expansão Portuguesa
seguida de Antologia de Textos dos Séculos XVI-XIX

Maria Leonor García da Cruz

Também nas Edições Cosmos

Tratado dos Feitos de Vasco da Gama
e de Seus Filhos na Índia
Diogo do Couto
Organização de José Manuel Azevedo e Silva
e de João Marinho dos Santos

Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum
e a Mitologia da Pátria na Literatura
Finissecular
Maria Teresa Pinto Coelho

O Discurso Literário da *Peregrinação*
de Fernão Mendes Pinto. Aproximações
Organização de Maria Alzira Seixo
e de Christine Zurbach

O Imaginário do Império
N.º 15 da revista *Penélope*
Organização de António Manuel Hespanha

A História Trágico-Marítima.
Análises e perspectivas
Coordenação de Maria Alzira Seixo
e Alberto Carvalho

A Vertigem do Oriente. Modalidades
Discursivas no Encontro de Culturas
Organização de Maria Alzira Seixo
e de Ana Paula Laborinho

Fernão Lopes de Castanheda. Historiador
dos Portugueses na Índia ou Cronista do
governador Nuno da Cunha?
Ana Paula Menino Avelar
Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão

Os Portugueses e o Mar de Ceilão.
Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)
Jorge Manuel Flores
Prefácio de Geneviève Bouchon

NA ANTOLOGIA DE TEXTOS

JOÃO RODRIGUES DE CASTELO BRANCO

BRÁS DA COSTA

DUARTE DA GAMA

GIL VICENTE

GARCIA DE RESENDE

FRANCISCO DE SÁ DE MIRANDA

JORGE FERREIRA DE VASCONCELOS

PERO DE ANDRADE CAMINHA

LUÍS DE CAMÕES

ANTÓNIO FERREIRA

DIOGO BERNARDES

DIOGO DO COUTO

FRANCISCO RODRIGUES SILVEIRA

LUÍS MENDES DE VASCONCELOS

MANUEL SEVERIM DE FARIA

DUARTE RIBEIRO DE MACEDO

D. LUÍS DA CUNHA

MATIAS AIRES

SOARES DE BARROS

D. RODRIGO DE SOUSA COUTINHO

ANTÓNIO HENRIQUES DA SILVEIRA

BARBOSA DU BOCAGE

ALEXANDRE HERCULANO

LUÍS AUGUSTO REBELO DA SILVA

ANTÓNIO AUGUSTO SOARES DE PASSOS

ALBERTO SAMPAIO

ANTERO DE QUENTAL

JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA MARTINS

GUERRA JUNQUEIRO

E OUTROS.

ISBN 972-762-137-6



9 789727 621378